

# IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS NO BRASIL

ORIGENS, ESPECULAÇÕES E ARQUÉTIPO CONSTITUCIONAL



# Sergio Ricardo Ferreira Mota

GRADUADO EM DIREITO PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA,  
ESPECIALISTA EM DIREITO TRIBUTÁRIO PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA CATARINA, ANALISTA JUDICIÁRIO NO PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO,  
ASSESSOR JURÍDICO NA JUSTIÇA FEDERAL DE SANTA CATARINA E AUTOR DE  
ARTIGOS JURÍDICOS PUBLICADOS EM REVISTAS ESPECIALIZADAS.

## IMPOSTO SOBRE GRANDES FORTUNAS NO BRASIL

ORIGENS, ESPECULAÇÕES E ARQUÉTIPO CONSTITUCIONAL



M871i

Mota, Sergio Ricardo Ferreira

Imposto sobre grandes fortunas no Brasil : origens, especulações e arquétipo constitucional / Sergio Ricardo Ferreira Mota. - São Paulo : MP Ed., 2010.  
288p.

Apêndice

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7898-041-2

1. Impostos - Brasil. 2. Direito tributário - Brasil. 3. Direito constitucional - Brasil. I. Título.

10-3509.

CDU: 34:351.713

---

*Preparação e revisão*

Mônica A. Guedes

*Diretor responsável*

Marcelo Magalhães Peixoto

*Capa*

Veridiana Freitas

*Impressão e acabamento*

ORGRAFIC

*Projeto gráfico e diagramação*

Veridiana Freitas

---

FONTE	GARAMOND PRO
MIOLO	OFF SET 75G/M <sup>2</sup>
CAPA	SUPREMO DESIGN 250G/M <sup>2</sup>
EDIÇÃO	1ª EDIÇÃO – INVERNO DE 2010

---

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2010  
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2482, 6. andar  
01402-000 – São Paulo  
Tel./Fax: (11) 3101 2086  
adm@mpeditora.com.br  
www.mpeditora.com.br

ISBN 978-85-7898-041-2

*Dedico este trabalho aos meus filhos Brunno e Otto, e à minha mulher Patrícia, verdadeiras “grandes fortunas” da minha vida.*

*Em memória ao constituinte Antônio Mariz, verdadeiro idealizador do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil.*



*Agradeço as correções apontadas pelo Professor Doutor Ubaldo Cesar Balthazar, as quais permitiram ser este trabalho publicado.*

*Agradeço, ainda, à MP Editora pelo incentivo à publicação e à sua equipe pelo apoio na editoração deste livro, em especial à Mônica e à Veridiana, as quais deram uma especial atenção à obra.*



# Prefácio

O tema tratado nessa obra é polêmico, e é preciso muita ousadia para enfrentá-lo como Sergio Mota o faz. Aluno do Curso de Especialização em Direito Tributário da Universidade Federal de Santa Catarina, do qual fui Coordenador por alguns anos, e profundamente interessado pelo Direito Tributário, Mota decidiu pesquisar a história do Imposto sobre Grandes Fortunas, monografia que orientei. Motivou-o principalmente a intrigante questão referente a saber por que tal imposto jamais foi criado em nosso país.

Em sua pesquisa, verificou que o tributo não existe por aqui muito mais por razões políticas que propriamente por dificuldades de identificação de sua regra-matriz tributária. Apresentou-a como monografia de conclusão de curso, mas, em face da relevância do assunto, resolveu aprofundá-lo mais, o que o fez com brilho e obstinação.

Temos diante de nós um trabalho amplo e detalhado, bem embasado e que, embora não configurado como tese, defende a ideia central de que é possível, sim, instituir o Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil.

Começa por expor as origens do imposto, buscando seu fundamento no contexto histórico nacional e estrangeiro, para demonstrar que um tributo sobre grandes fortunas só pode

ser assim chamado o “impôt sur les grandes fortunes”, exação francesa criada em 1981, de vida curta.

Bem estruturado, o estudo parte da realidade histórica concernente à tributação, adentra nas questões teórico-políticas e jurídico-tributárias envolvendo a exação sobre grandes fortunas – e aqui analisa os argumentos “históricos” contrários à criação do imposto, não deixando dúvidas sobre os fundamentos ideológicos que sustentam tais argumentos.

Não fica apenas nos aspectos históricos, porém. Vai além, trazendo à colação os conflitos de interesses políticos em torno da temática, demonstrando as distorções da política tributária adotada pelos sucessivos governos brasileiros, política que sempre seguiu às imposições das grandes fortunas. Estas, como sabemos, sempre arredias a uma tributação mais incisiva, que meça a capacidade contributiva real, e de acordo com uma progressividade efetiva (a tabela de alíquotas do Imposto sobre a Renda de pessoas físicas, desde 1989, comprova o aqui afirmado, pois não passa de um arremedo de progressividade, recentemente atenuada com a ampliação para quatro alíquotas percentuais – mas com uma alíquota nominal máxima limitada a 27,5% a incidir sobre o rendimento líquido igual ou superior a R\$ 3.743,19 neste ano fiscal de 2010).

Mota defende com veemência a tese segundo a qual é o Imposto sobre Grandes Fortunas um valioso instrumento de justiça fiscal, meio pelo qual seria possível corrigir as distorções encontradas na mal conduzida distribuição da renda nacional.

Na parte final de seu trabalho, o autor avança na análise do que denomina “arquétipo constitucional” do imposto, adentrando na reflexão sobre as diretrizes básicas do tributo e seus aspectos jurídicos quanto à hipótese de incidência possível. Neste ponto, cuida de um pormenorizado e competente diagnóstico dos aspectos da hipótese de incidência tributária

do imposto, em seus quesitos material, pessoal, temporal, espacial e quantitativo.

Trata-se de um estudo denso, exigindo uma leitura atenta e cuidadosa, eis que o autor trabalha com praticamente toda a doutrina que tenha já cuidado do tema. Sua pesquisa é extensa e relevante. Mota deixa evidente seu posicionamento ideológico quanto à possibilidade de criação do imposto no Brasil, sem descuidar de uma pesquisa minuciosa e precisa. Nesse sentido, este livro constitui-se numa dupla fonte de referência: podemos afirmar que o resultado final de sua busca, ao mesmo tempo em que se propõe a servir como base para o conhecimento do Imposto sobre Grandes Fortunas, os caminhos e descaminhos das legislações estrangeiras e nacional acerca do tema, será doravante um marco como texto de referência bibliográfica a quem queira investigar o assunto.

Ilha de Santa Catarina, junho/2010.

*Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar*

*Doutor em Direito pela Université Libre de Bruxelles*

*Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina*



## Abreviaturas utilizadas neste livro

ABDF - Associação Brasileira de Direito Financeiro

ABDT - Academia Brasileira de Direito Tributário

a.C. - antes de Cristo

Art. - Artigo

CF - Constituição Federal

IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo

IBET - Instituto Brasileiro de Estudos Tributários

CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

FFC - “Fiscal and Financial Committee”

IGF - Imposto sobre Grandes Fortunas

INPES - Instituto de Planejamento Econômico e Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPL - Imposto Geral sobre o Patrimônio Líquido das Pessoas Físicas

IPTU - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

IR - Imposto sobre a Renda

ITBI - Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e de Direitos

ITCMD - Imposto sobre a Transmissão *Causa Mortis* e Doação de quaisquer Bens ou Direitos

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

IVA - Imposto sobre o Valor Agregado [ou Acrescido, ou Acrescenta-

do]

n. - número

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PEC - Proposta de Emenda à Constituição

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Projeto de Lei

PLP - Projeto de Lei Parlamentar [da Câmara dos Deputados]

PLS - Projeto de Lei do Senado

SEPLAN-PR - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

TVA - “Taxe sur la Valeur Ajoutée”

UFIR - Unidade Fiscal de Referência

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# Sumário

## Introdução, 19

### 1.

#### Origens do Imposto sobre Grandes Fortunas, 23

##### 1.1 Origens no contexto histórico internacional, 27

1.1.1 Acumulação de riquezas e construção de *grandes fortunas*, 27

1.1.2 Tributação na história recente, 31

1.1.3 Primeiro imposto sobre *grandes fortunas*, 37

##### 1.2 Origens no contexto histórico nacional, 47

1.2.1 Tributação na história do Brasil, 47

1.2.2 Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil, 55

##### 1.3 Tributos assemelhados no Direito comparado, 68

1.3.1 Países que instituíram o imposto sobre a *fortuna*, 71

1.3.2 Países que promoveram estudos oficiais acerca do imposto sobre a *fortuna*, mas não o instituíram, 82

## 2.

Especulações imanentes à tributação das grandes fortunas, 89

2.1 Conflitos de interesses políticos nacionais e internacionais, 90

2.2 Harmonia de finalidades e função social do tributo no Estado contemporâneo, 105

2.3 Distorções da opção político-tributária adotada no Brasil, 116

2.4 Embates de ideias econômicas e jurídicas, 123

2.5 O Imposto sobre Grandes Fortunas como instrumento de justiça tributária, 148

## 3.

Arquétipo constitucional do imposto, 167

3.1 Princípios constitucionais tributários, 169

3.2 Regra-matriz do Imposto sobre Grandes Fortunas no Brasil, 172

3.3 Processo legislativo, espécies normativas e reserva constitucional de lei complementar, 197

3.4 Destinação do produto da arrecadação, 207

3.5 Diretrizes básicas do Imposto sobre Grandes Fortunas, 209

3.6 Aspectos jurídicos da hipótese de incidência possível, 211

3.6.1 Aspecto material possível, 215

3.6.2 Aspecto pessoal possível, 221

3.6.3 Aspecto temporal possível, 226

3.6.4 Aspecto espacial possível, 230

3.6.5 Aspecto quantitativo possível, 231

Referências, 239

Artigos jornalísticos, 268

## Apêndice A

“Estudos” relativos ao Imposto sobre Grandes Fortunas publicados no Brasil, 269

## Apêndice B

“Estudos” relativos ao Imposto sobre Grandes Fortunas disponibilizados na “web”, 273

## Apêndice C

“Estudos” relativos ao Imposto sobre Grandes Fortunas elaborados no Brasil, mas não publicados, 275

## Apêndice D

Projetos de lei relacionados ao Imposto  
sobre Grandes Fortunas apresentados ao  
Congresso Nacional, 277

## Apêndice E

Propostas de emendas à Constituição relacionadas ao  
Imposto sobre Grandes Fortunas apresentadas  
ao Congresso Nacional, 283